



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006791-48.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **ABEL PEREIRA DA SILVA**
Requerido: **José Domingos da Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

Sustentou o autor que dirigia uma motocicleta pela Rodovia SP 310, quando na altura do Parque Belvedere bateu contra a traseira do automóvel conduzido pelos réus e que estava estacionado em local proibido.

Já os réus esclareceram que o primeiro notou que a direção do automóvel estava "puxando", razão pela qual o parou na faixa de aceleração da rodovia para ver o que estava acontecendo e constatou que o pneu direito havia furado.

Ato contínuo, o primeiro réu retornou ao interior do automóvel, mas antes de sair para estacioná-lo fora da faixa foi colhido na traseira pela motocicleta do autor.

Afasto de início o réu **FERNANDO DOMINGOS DA SILVA** do polo passivo da relação processual porque nada justifica sua permanência nele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O veículo em que estava era do corréu **JOSÉ** e era este quem também o dirigia, de sorte que **FERNANDO** não possui legitimidade passiva ad causam.

No mérito, é incontroverso que o réu parou o automóvel que dirigia na faixa de aceleração da Rodovia SP 310, a fim de verificar o que estaria sucedendo com ele.

Apurou que o seu pneu direito tinha furado, mas antes de retirá-lo do lugar para levá-lo a outro, onde pudesse fazer a troca necessária, aconteceu a colisão com a motocicleta do autor atingindo a parte traseira do automóvel.

Essa dinâmica fática, como assinalado, não desperta maiores dúvidas e a partir dela é possível concluir que a responsabilidade pelo acidente foi do réu.

Isso porque não poderia ele parar o automóvel em faixa de aceleração para acesso à aludida rodovia, mas deveria seguir mais à frente para fazê-lo depois, com maior segurança.

Nem mesmo o acionamento do pisca-alerta restou demonstrado de maneira inequívoca, permanecendo no particular isoladas as palavras da testemunha Beatriz Aparecida Monteiro.

É relevante notar que a hipótese dos autos não se confunde com outras que contemplam simples colisões traseiras ou mesmo contra veículos estacionados em local proibido.

Ao contrário, a situação posta diz respeito a automóvel que parou inadvertidamente em faixa de aceleração para ingresso em rodovia de grande movimento, conduta essa indevida em face da natureza desse lugar e que rendeu ensejo ao embate verificado.

O magistério de **RUI STOCCO** deve ser lembrado para reforçar a convicção da responsabilidade do réu.

“Uma das causas mais frequentes de acidentes é o estacionamento irregular ou parada de veículos na pista de rolamento e, mesmo, no próprio acostamento. A convenção regrada sobre trânsito pressupõe que as vias de tráfego e trânsito esteja sempre livres e que todos estejam obedecendo a regulamentação geral específica, expressada pela sinalização local. Quando esse consenso não se perfecciona e um dos protagonistas deixa de obedecer às regras convencionadas, ocorre o desequilíbrio e o ajuste tácito se rompe, decorrendo a falha e, fatalmente, sua consequência : o acidente. Em hipótese nenhuma se admite que um veículo pare sobre a pista de rolamento, por onde outros veículos devem passar. Tal ocorrendo, em razão de acidente, falha mecânica ou quebra, o condutor deverá retirar o veículo imediatamente do local e levá-lo para o acostamento ou para fora do fluxo de trânsito, sinalizando convenientemente o local para que tal circunstância possa ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

percebida e visualizada pelos demais condutores. Essa ocupação do acostamento também deve ser breve e em caráter excepcional. Se, em razão da ocupação irregular da pista ou do acostamento advier acidente, ademais da falta disciplinar, o agente causador deverá ser responsabilizado civilmente pelos danos que causar a terceiros.” (“Tratado de Responsabilidade Civil”, 6ª ed., ver., atual e ampl. São Paulo: RT, 204. p. 1471).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, de sorte que configurada a culpa do réu deverá ele ressarcir os prejuízos suportados pelo autor.

Quanto ao valor da indenização, a impugnação genérica do réu não se sobrepõe aos orçamentos coligidos pelo autor, nada havendo de concreto para suscitar dúvida consistente a seu propósito ou para fazer supor que encerrassem valor exorbitante.

O cotejo entre o montante pleiteado e o preço da motocicleta não altera o panorama traçado porque não afasta a ideia da necessidade dos reparos no patamar indicado nos orçamentos referidos.

De igual modo, a menção ao estado da motocicleta feita no Boletim de Ocorrência não tem maior relevância porque não se sabe em que condições ela foi feita ou a partir de que observação teve vez.

O acolhimento da pretensão deduzida é por tudo isso medida que se impõe.

Isto posto, julgo extinto o processo se julgamento de mérito em relação ao réu **FERNANDO DOMINGOS DA SILVA**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, bem como **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu **JOSÉ DOMINGOS DA SILVA** a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.551,39, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2014 (época da emissão do orçamento de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 30 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**